

# EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)  
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos  
2000

1.ª FASE  
1.ª CHAMADA

## PROVA ESCRITA DE FILOSOFIA

Antes de iniciar o seu exame, leia atentamente as instruções.  
Esta prova é constituída por 2 (dois) grupos de questões: Grupo I – 3 (três) questões.  
Grupo II – 1 (uma) questão.  
A indicação do número de linhas/palavras tem um carácter meramente orientador do grau de desenvolvimento da resposta.

### GRUPO I

#### CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E COTAÇÕES

#### QUESTÕES 1. e 2.

- A sua resposta será classificada atendendo aos seguintes aspectos:
  - rigor da análise do texto;
  - coerência lógica do discurso;
  - utilização precisa da terminologia filosófica;
  - correcção da expressão escrita.
- A mera transcrição de frases do texto implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A inadequação da sua resposta à questão formulada implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

#### QUESTÃO 3.

- A sua resposta será classificada atendendo aos seguintes aspectos:
  - mobilização adequada do conhecimento da obra;
  - coerência lógica do discurso;
  - utilização precisa da terminologia filosófica;
  - correcção da expressão escrita.
- A não manifestação do conhecimento da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A inadequação da sua resposta à questão formulada implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

#### COTAÇÃO

1. e 2.	(2 × 25 pontos)	50 pontos
3.	(1 × 70 pontos)	70 pontos
<b>Total do Grupo I</b>		<b>120 pontos</b>

V.S.F.F.

## GRUPO I

### INSTRUÇÕES

- Cada um dos textos/extractos das obras estudadas que a seguir são apresentados é acompanhado de três questões.
- Seleccione **apenas um** dos textos transcritos e responda às três questões que lhe são colocadas acerca desse texto e da obra a que pertence.
- Na resposta às questões 1. e 2. deverá utilizar, em cada uma, aproximadamente 10 linhas (cerca de 80 palavras).
- Na resposta à questão 3. deverá utilizar, aproximadamente, 40 linhas (cerca de 320 palavras).

DA NATUREZA, Parménides

### TEXTO

«Por onde e de onde poderia acrescentar-se? Nem *o que não é* eu te concedo que o afirmes ou penses; pois é indizível e impensável *o que não é*. Que necessidade o incitaria a surgir, mais cedo ou mais tarde, se viesse do não-ser? Portanto é forçoso ou que seja inteiramente, ou nada. Jamais a força da persuasão pode consentir que *do que não é* surja algo junto *do que é*. Por isso a Justiça não solta as algemas de deixar nascer ou perecer, antes as segura. Acerca disto a decisão reside neste facto: *é* ou *não é*. Decidido está pois, como é de necessidade, deixar um dos caminhos como impensável e indizível – pois não é caminho verdadeiro – e o outro como real e autêntico.»

Frag. 8, vv. 7-18, in M. Helena da Rocha Pereira, *Hélade*, Coimbra, FLUC, 1990, p. 131

### QUESTÕES

1. Explícite a razão apresentada no texto para excluir um dos caminhos de investigação.
2. Explique, com base no texto, a impossibilidade de geração ou de destruição do ser.
3. Esclareça a importância das afirmações feitas neste extracto, no contexto da respectiva obra.

### TEXTO

«Sócrates – Creio ser dos poucos Atenienses, para não dizer o único, que cultivam a verdadeira arte política e a põem em prática nos dias de hoje. Como aquilo que digo nunca o digo para lisonjear, porque é o melhor que me interessa e não o mais agradável, como não quero fazer as lindas coisas que me aconselhas, não saberei que responder num tribunal. Ocorre-me a mesma imagem que apresentei há pouco a Polo: serei julgado como o seria um médico num tribunal de crianças, acusado por um cozinheiro(...). Se dissesse a verdade: “Tudo isto eu fiz, crianças, no interesse da vossa saúde”, que grande clamor não levantariam os tais juízes! Não crês que seria assim?

Cálicles – Talvez.

Sócrates – Achas, então, que o dito médico se veria muito embaraçado para responder?

Cálicles – Sem dúvida alguma.

Sócrates – Pois o mesmo me aconteceria a mim se fosse levado a tribunal. Não poderia dizer aos juízes que lhes tinha proporcionado aqueles prazeres que eles consideram benefícios e serviços: de resto, não invejo aqueles que os dão nem os que os recebem. Se me acusassem de corromper a juventude, introduzindo a dúvida no seu espírito, ou de falar mal das pessoas de mais idade, tecendo sobre elas considerações desagradáveis, em particular ou em público, de nada me serviria dizer com verdade: “É com justiça que falo e procedo assim, senhores juízes” (esta a maneira usual de vos exprimirdes), como inútil seria outra qualquer resposta. Nestas condições não me restará provavelmente mais do que sofrer o que o destino me reservar.

Cálicles – E achas bem, Sócrates, que um homem se veja em tal situação na sua cidade, incapaz de se valer a si próprio?

Sócrates – Acho, Cálicles, desde que ele possa apresentar aquela defesa cujo valor tu já, por várias vezes, reconheceste: se ele puder invocar a seu favor que nunca falou nem procedeu com injustiça relativamente aos homens e relativamente aos deuses.»

521 d-522 d, Lisboa, Edições 70, 1992, pp. 205-207

### QUESTÕES

1. Explícite, com base no texto, as razões que levam Sócrates a considerar-se o único que cultiva a «verdadeira arte política».
2. Explique os motivos que dificultam, segundo o texto, o triunfo da justiça nos tribunais.
3. Esclareça a importância das afirmações feitas neste extracto, no contexto da respectiva obra.

V.S.F.F.

114/3

---

### TEXTO

«[Sócrates] Enfim, aqueles que os juizes consideram terem levado uma vida excepcionalmente santa, esses, emancipando-se destas regiões terrenas, e como que libertando-se de uma prisão, ascendem lá ao cimo, às regiões puras da Terra, e aí estabelecem a sua morada. Ainda dentre estes, os que, através da filosofia, chegaram a um estado suficiente de purificação, passam a viver para todo o sempre livres do corpo, indo habitar moradas ainda mais esplendorosas, que não seria fácil, nem o tempo que nos resta seria suficiente para descrever.

Ora, é por estes motivos que acabo de vos expor, Símias, que devemos dar tudo por tudo para participar nesta vida da virtude e da razão: é que a recompensa é bela, e grande a esperança! Claro que insistir ponto por ponto na veracidade desta narrativa não ficaria bem a uma pessoa de senso; mas sustentar que as coisas se passam mais ou menos desta forma, no que respeita às almas e suas moradas, uma vez que se reconhece que a alma é imortal, eis o que, a meu ver, não só fica bem como vale a pena arriscar (e, com efeito, o risco é belo...), quando assim se crê; convém, pois, que cada um de nós dirija a si mesmo encantamentos destes, e, justamente por isso, me alonguei tanto nesta minha história.

Estas, pois, as razões por que deve confiar no destino da sua alma todo aquele que, durante a vida, disse adeus aos prazeres do corpo e aos seus adornos; que, considerando-os de um efeito mais nocivo do que benéfico, se empenhou, pelo contrário, em alcançar os prazeres da sabedoria, em adornar a sua alma, não com adornos alheios a ela, mas com aqueles que lhe são próprios – isto é, temperança, justiça, coragem, liberdade e verdade – e, nestas condições, aguarda a viagem para o Hades [e se prepara para a empreender quando a sua hora soar]. Vós dois, Símias e Cebes, e bem assim todos os outros, lá ireis ter depois, cada um a seu tempo.»

114 b-115 a, Coimbra, Livraria Minerva, 1988, pp. 127-128

### QUESTÕES

1. Explique, recorrendo ao texto, «o risco» a que Sócrates alude.
2. Explícite a caracterização da alma apresentada neste texto.
3. Esclareça a importância das afirmações feitas neste extracto, no contexto da respectiva obra.

### TEXTO

«Entre as substâncias segundas, a espécie é mais substância do que o género, por estar mais próxima da substância primeira, enquanto o género se acha mais longe dela. Se alguém nos perguntar “o que é isto”, indicando uma substância primeira, a resposta mais didáctica consistirá em mencionar a espécie em vez do género, por exemplo: tomemos este ou aquele homem determinado. Daremos uma resposta mais explicativa acerca dele se determinarmos a espécie, homem, do que se dissermos animal, porque o primeiro carácter é mais próprio ao homem individual, enquanto o segundo é mais geral ou mais longínquo. De igual modo, para tornar compreensível a natureza desta ou daquela árvore, a explicação será mais instrutiva se dissermos que é uma árvore, do que se dissermos que é um vegetal.

Além disso, as substâncias primeiras, pelo facto de serem subjacentes a todas as outras, as quais, por sua vez, ou serão predicados, ou estarão nelas como em seu sujeito, são, por isso, substâncias por excelência. E, tal como as substâncias primeiras estão em todas as outras, também de igual modo as espécies o estão quanto aos géneros. A relação da espécie com o género é a mesma que há entre o sujeito e o seu predicado, porque predicamos os géneros das espécies, mas nunca podemos predicar as espécies dos géneros. Então, é lícito concluir que a espécie é mais substância do que o género.

Quanto às espécies, nenhuma, a menos que seja também um género, é mais substância do que outra, pois não é mais apropriado chamar homem a um dado homem do que chamar cavalo a um dado cavalo. Esta regra vale também para as substâncias primeiras, pois nenhuma substância é mais substância do que outra, já que um determinado homem não é mais substância do que este ou aquele boi.

É, por conseguinte, com razão que, depois das substâncias primeiras, entre todas as demais, só a espécie e o género são nomeáveis substâncias segundas, porque entre todas as categorias possíveis, só elas definem a substância primeira.»

In *Organon* 2b, Lisboa, Guimarães Editores, 1985, pp. 50-51

### QUESTÕES

1. Explícite a justificação, apresentada no texto, da seguinte afirmação: «é lícito concluir que a espécie é mais substância do que o género».
2. Explique, com base no texto, por que motivo só as espécies e os géneros são nomeáveis substâncias segundas.
3. Esclareça a importância das afirmações feitas neste extracto, no contexto da respectiva obra.

V.S.F.F.

114/5

---

## TEXTO

«AGOSTINHO – Pelo que me parece, ignoras que por nenhum outro motivo nos foi ordenado que rezássemos em quartos fechados (*Mateus*, 6, 6) – nome que significa o santuário da mente – senão o de que Deus, para nos conceder o que desejamos, não pretende ser lembrado ou ensinado pela nossa locução. Efectivamente, quem fala mostra exteriormente o sinal da sua vontade, por meio dum som articulado. Deus, porém, deve-se procurar e suplicar no próprio íntimo da alma racional, o qual se denomina – “o homem interior”. Quis Ele que fossem esses os seus templos. Não leste no Apóstolo: “Não sabeis que sois templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?” (*1 Coríntios*, 3, 16) e que “Cristo habita no homem interior?” (*Efésios*, 3, 16). Nem advertiste o que disse o profeta: “falai nos vossos corações, e compungi-vos nos vossos aposentos; ofereci sacrifícios de justiça, e esperai no Senhor?” (*Salmo* 4, 5-6). Onde pensas que é oferecido o sacrifício de justiça, senão no templo da mente e nos aposentos do coração? Ora onde se deve sacrificar, aí se deve também orar. Por isso, quando oramos, não é precisa a locução, isto é, as palavras sonantes; a não ser ocasionalmente, como fazem os sacerdotes a fim de exprimirem o seu pensamento, não para que os ouça Deus mas os homens, e assim estes, graças à lembrança, se elevem para Deus em certa conformidade de sentimentos. Pensas de outro modo?

ADEODATO – Estou plenamente de acordo.

AGOSTINHO – E não te embaraça que o Mestre supremo, quando ensinava os discípulos a rezar, ensinou determinadas palavras? Com isto, parece nada mais ter feito que ensinar como se deve falar na oração.

ADEODATO – Isso não me causa dificuldade absolutamente nenhuma. Não foram palavras que Ele lhes ensinou, mas, por meio de palavras, realidades expressas, pelas quais eles mesmos recordassem a quem e o que deveriam pedir, ao rezarem no íntimo da consciência, como se disse.

AGOSTINHO – Pensas bem. Ao mesmo tempo, creio teres caído na conta de que, embora alguém pretenda que, ao pensarmos as palavras, falamos interiormente na nossa alma, apesar de não emitirmos som algum, – ainda neste caso não fazemos mais que recordar, pois a memória, a que estão inerentes as palavras, revolvendo-as faz vir ao espírito as próprias coisas, de que as palavras são sinais.»

*In Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval,*  
Braga, Faculdade de Filosofia, 1991, pp. 55-56

## QUESTÕES

1. Explícite o modo como, no texto, a oração é relacionada com a locução.
2. Explique o sentido da interrogação: «E não te embaraça que o Mestre supremo, quando ensinava os discípulos a rezar, ensinou determinadas palavras?».
3. Esclareça a importância das afirmações feitas neste extracto, no contexto da respectiva obra.

### TEXTO

«Nós realmente acreditamos que tu és -alguma coisa, maior do que a qual nada se pode pensar-. Porventura não existe uma realidade dessa natureza, pois que “*o insipiente [ou insensato] disse no seu coração – Deus não existe?*” (Salmo 14, 1). Mas evidentemente, esse mesmo insipiente, ao ouvir isto mesmo que eu digo -alguma coisa, maior do que a qual nada se pode pensar-, intelecciona o que ouve, e o que intelecciona está na sua inteligência, embora ele não inteleccione que isso existe. Com efeito, uma coisa é certa realidade estar no intelecto, outra coisa inteleccionar que essa realidade existe. Assim, quando um pintor pensa antecipadamente no que vai fazer, tem-no de facto no intelecto, mas ainda não intelecciona que existe o que ainda não fez. Mas depois que o pintou, não só tem no intelecto, mas também intelecciona que existe o que já fez.

Tem por conseguinte de reconhecer o mesmo insipiente que -alguma coisa, maior do que a qual nada se pode pensar- existe ao menos no intelecto, pois que ao ouvir isto intelecciona-o, e tudo o que intelecciona existe no intelecto. E indubitavelmente, -aquilo, maior do que o qual nada se pode pensar- não pode existir apenas no intelecto. Com efeito, se se supõe que existe só no intelecto, pode pensar-se que existe também na realidade, o que é [ser] maior. Por conseguinte, se -aquilo, maior do que o qual nada se pode pensar- existe apenas no intelecto, aquilo mesmo, maior do que o qual nada se pode pensar, é aquilo mesmo, maior do que o qual [alguma coisa] se pode pensar. Ora isso é, evidentemente, impossível. Existe pois, indubitavelmente, tanto na inteligência como na realidade, – alguma coisa, maior do que a qual nada se pode pensar.»

In *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*,  
Braga, Faculdade de Filosofia, 1991, pp.137-138

### QUESTÕES

1. Explique, segundo o texto, o sentido da afirmação do insipiente sobre a existência de Deus.
2. Explícite a justificação dada no texto para a seguinte afirmação: «Existe pois, indubitavelmente, tanto na inteligência como na realidade, -alguma coisa, maior do que a qual nada se pode pensar».
3. Esclareça a importância das afirmações feitas neste extracto, no contexto da respectiva obra.

V.S.F.F.

114/7

---

## TEXTO

«Segue-se, pois, que o termo essência, nos seres materiais, significa o que é composto de matéria e dínase [forma]. E com esta afirmação concorda o que diz Boécio no *Comentário sobre as Categorias*, onde se declara que *ousía* significa o composto. De facto, entre os Gregos, *ousía* é o mesmo que entre nós essência, como ele mesmo declara no livro *As Duas Naturezas*. Também Avicena afirma que a quiddidade dos seres materiais é a própria composição de dínase e matéria. O Comentador diz igualmente, ao explanar o sétimo livro da *Metafísica*: “nos seres exoríveis [sujeitos a geração], a essência que têm as naturezas completas é algo intermédio, a saber, o composto de matéria e dínase”. Com tudo isto concorda também a razão, pois a existência [princípio intrínseco] dum ser corporal não o é da dínase apenas, nem somente da matéria, mas do próprio composto. Por outra parte, é segundo a essência que uma realidade se diz existir. Donde necessariamente se segue que a essência, pela qual uma coisa recebe o nome de ser, não é apenas a dínase, nem apenas a matéria, mas uma coisa e outra, embora dessa existência só a dínase seja a causa, à sua maneira. É o que vemos em outras realidades, constituídas de vários princípios: elas não recebem o seu nome de um desses princípios apenas, mas daquele que abrange um e outro, como se verifica nos sabores. Efectivamente, por acção do calor que dissolve a humidade é causada a doçura; e ainda que, deste modo, o calor seja a causa da doçura, nem por isso o corpo recebe do calor esse nome, mas sim do sabor, que abrange o calor e a humidade.

Mas como o princípio de individualização é a matéria, daí parece talvez seguir-se que a essência, uma vez que abrange juntamente em si a matéria e a dínase, é exclusivamente particular, e não universal. Daí seguir-se-ia que o universal não teria definição, se [de facto] a essência é o que se exprime pela definição. Por esta razão deve notar-se que o princípio de individualização não é a matéria considerada de qualquer modo, mas unicamente a matéria concretizada (*materia signata*). Chamo matéria concretizada a que se considera submetida a dimensões determinadas. Ora esta matéria não se põe na definição do homem, enquanto homem, mas pôe-se-ia na definição de Sócrates, se Sócrates tivesse definição. Na definição do homem põe-se a matéria não concretizada. Efectivamente, na definição do homem não se põem estes ossos e esta carne [particularizados], mas simplesmente ossos e carne como tais, e é isto o que constitui a matéria não concretizada do homem.»

In *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*,  
Braga, Faculdade de Filosofia, 1991, pp. 206-207

## QUESTÕES

1. Esclareça a relação estabelecida no texto entre essência e existência.
2. Explique por que motivo, segundo o texto, o princípio da individualização é a matéria concretizada.
3. Esclareça a importância das afirmações feitas neste extracto, no contexto da respectiva obra.

### TEXTO

«3. A segunda luz, que nos ilumina na apreensão das formas naturais, é a luz do conhecimento sensitivo, o qual com razão se chama inferior, dado que principia pela parte inferior do homem e se efectua pela acção benéfica da luz corporal. Esta acção é múltipla, segundo os cinco sentidos, cuja suficiência estabelece St.º Agostinho, no III Livro *super Genesi*, baseado na natureza da luz dos elementos, do modo seguinte: a luz que serve para distinguir as coisas corporais ou se encontra na eminência da sua natureza e em certa pureza, e assim é objecto do sentido da *vista*; ou se mistura com o ar, e assim o é do *ouvido*; ou com o vapor, e assim o é do *olfacto*; ou com a água, e assim o é do *gosto*; ou com a espessura da terra, e assim o é do *tacto*. Também o espírito sensitivo possui a natureza da luz, e por isso reside nos nervos, cuja natureza é clara e lúcida; e nestes cinco sentidos se diversifica a luz do dito espírito, segundo a sua maior ou menor pureza. De sorte que, sendo cinco os corpos simples do mundo, isto é, os quatro elementos e a quinta essência, para que o homem pudesse perceber todas as formas corporais foi dotado de cinco sentidos correspondentes àqueles; posto que de modo algum se verifica a apreensão objectiva senão em virtude de alguma semelhança e conveniência do órgão com o objecto, pelo motivo de que cada sentido é uma natureza determinada. Há ainda outro modo de estabelecer a suficiência dos cinco sentidos, mas St.º Agostinho aprova o modo que fica exposto, e parece razoável, porque para essa suficiência concorrem o órgão, o meio e o objecto em correspondência mútua.»

Coimbra, Atlântida, 1970, pp. 22-24

### QUESTÕES

1. Explícite a caracterização, feita no texto, da luz do conhecimento sensitivo.
2. Exponha a justificação, apresentada no texto, da suficiência dos cinco sentidos.
3. Esclareça a importância das afirmações feitas neste extracto, no contexto da respectiva obra.

V.S.F.F.

114/9

**GRUPO II**  
**CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E COTAÇÕES**

- A sua resposta será classificada atendendo aos seguintes aspectos:
  - apresentação do plano organizador;
  - adequação do desenvolvimento ao plano;
  - pertinência da selecção de conhecimentos da obra para o tratamento do tema;
  - posicionamento crítico/problematizador;
  - coerência lógica do discurso;
  - utilização precisa da terminologia filosófica;
  - correcção da expressão escrita.
- A não identificação do tema e da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A opção por um par obra-tema diferente dos que são apresentados na prova implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A inadequação da sua resposta à questão formulada implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

Na sua resposta deverá:

- indicar o par obra-tema que seleccionou;
- apresentar um plano organizador;
- expor o modo como o tema é tratado na obra;
- posicionar-se de uma forma crítica/problematizadora perante o tratamento que lhe foi dado pelo autor na obra;
- utilizar aproximadamente 80 linhas (cerca de 640 palavras).

**COTAÇÃO**

..... (1 × 80 pontos) ..... 80 pontos

**Total do Grupo II** ..... 80 pontos

## GRUPO II

### QUESTÃO

Selecione **apenas uma** das obras que lhe é proposta e desenvolva o tema anexo.

OBRAS	TEMAS
PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA, R. Descartes .....	O estatuto da dúvida
CARTA SOBRE A TOLERÂNCIA, J. Locke .....	Liberdade e tolerância
DISCURSO DE METAFÍSICA, G. Leibniz .....	Origem do conhecimento
FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES, I. Kant .....	O homem enquanto liberdade
INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA FILOSOFIA, G. W. F. Hegel .....	O objecto da filosofia
TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, Antero de Quental .....	Significado e valor da filosofia
A ORIGEM DA TRAGÉDIA, F. Nietzsche .....	Limites do conhecimento teórico
DA CERTEZA, L. Wittgenstein .....	Linguagem e sociedade
ELOGIO DA FILOSOFIA, M. Merleau-Ponty .....	O filósofo
OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA, B. Russell .....	Existência do real
A PROBLEMÁTICA DA SAUDADE, Joaquim de Carvalho..	Vivência e saudade
DA ESSÊNCIA DA VERDADE, M. Heidegger .....	A essência da verdade e a verdade da essência
TEORIA DA INTERPRETAÇÃO, P. Ricoeur .....	A linguagem e as coisas

**FIM**

### COTAÇÕES

GRUPO I .....	120 PONTOS
GRUPO II .....	80 PONTOS
<b>TOTAL</b> .....	<b>200 PONTOS</b>